

1 Aos 12 (doze) dias do mês de dezembro de 2024, às 09h, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do
2 Rio São Francisco (CBHSF) se reuniram no Petrolina Palace Hotel, localizado na avenida Cardoso de Sá, nº 85,
3 Centro, Petrolina – PE para participarem do primeiro dia da XLVIII Reunião Plenária Ordinária do CBHSF.
4 Participaram da reunião os membros titulares: Nelson Cunha Guimarães, Companhia de Saneamento de
5 Minas Gerais – COPASA; Heloísa Cristina França Cavaliere, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabirito –
6 SAAE Itabirito; Evanildo Perera Lima; Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA; Alexandro Chaves
7 da Silva, Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA; Júlio dos Santos (rep. Júlio César Moura),
8 Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL; Patrícia Sena Coelho Cajueiro, Federação das Indústrias do
9 Estado de Minas Gerais – FIEMG; João Carlos de Melo, Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM; Jadir Silva
10 de Oliveira, Associação das Indústrias Sucroenergéticas do Estado de Minas Gerais; Fabiana Ribeiro de Souza,
11 Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE; Adson Roberto Ribeiro, Associação dos
12 Produtores Rurais e Irrigantes do Noroeste de Minas Gerais – Irriganor; Daniel Matos Ferreira, Distrito de
13 Irrigação do Jaíba II; Ednaldo de Castro Campos, Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte – AFAF;
14 José Bonifácio Valgueiro de Carvalho, Associação dos Produtores do Perímetro Irrigado de Propriá; Vilma
15 Martins Veloso, Federação dos Pescadores Artesanais e Aquicultores de Minas Gerais – FEPAMG; Roberto
16 Rivelino de Souza Rocha, Antônio Paiva dos Santos – Pessoa Física (pesca); Arnaldo Alves da Silva, Colônia de
17 Pescadores Z-39; José Maciel Nunes de Oliveira, Colônia de Pescadores Z-12; Altino Rodrigues Neto,
18 Associação de Desenvolvimento Artes e Ofícios – ADAO; Ronald de Carvalho Guerra, Associação Quadrilátero
19 das Águas – AQUA; Elias da Silva, Associação de Desenvolvimento Sustentável; Anivaldo de Miranda Pinto,
20 Instituto de Estudos Culturais, Políticos e Sociais do Homem Contemporâneo; Rosa Cecília Lima Santos,
21 Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente – OSCATMA; Vanderli de Carvalho
22 Barbosa, Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio das Velhas – AMEV; Almacks Luiz Carneiro
23 da Silva, Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina; José Nelson de Almeida Machado,
24 Associação Brasileira de Engenharia Ambiental e Sanitária – ABES MG; Melchior Carlos do Nascimento,
25 Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Pedro de Araújo Lessa, Conselho Regional de Engenharia e
26 Agronomia de Sergipe – CREA; Manoel Uilton dos Santos, Tuxá/BA; Elísio Marinho dos Santos Neto, Prefeitura
27 Municipal de Gararu/SE; Ailton Francisco da Rocha, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade
28 e Ações Climáticas – SEMAC/SE; Larissa Rosa, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional -
29 MIDR; Josinaldo Ribeiro da Silva, Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Participaram os membros suplentes:
30 Patricia Maia e Silva (exercício da titularidade), Companhia Hidrelétrica do São Francisco – Eletrobras CHESF;
31 Sirléia Márcia de Oliveira Drumond (exercício da titularidade), Movimento Ecológico São Francisco de Assis;
32 Hilda de Paiva Bicalho (exercício da titularidade), Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté –
33 MACACA; Thais de Oliveira Guimarães (exercício da titularidade), Universidade de Pernambuco – UPE; Luiz
34 Roberto Porto Farias, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Seção de Alagoas; Valéria Porto dos Santos
35 (exercício da titularidade), Quilombo Caraíbas; Francisco de Assis Gonzaga da Silva (exercício da titularidade),
36 Prefeitura Municipal de Ouro Preto/MG; Antônio Jackson Borges Lima (exercício da titularidade), Prefeitura
37 Municipal de São Brás/AL; Maria de Lourdes Amaral Nascimento (exercício da titularidade), Instituto Mineiro
38 de Gestão das Águas – IGAM; Larissa Cayres de Souza (exercício da titularidade), Secretaria de Meio Ambiente
39 da Bahia – SEMA; Artur Paiva Coutinho (exercício da titularidade), Secretaria de Recursos Hídricos e de
40 Saneamento – SRHS PE; Athadeu Ferreira da Silva, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São
41 Francisco e do Parnaíba – CODEVASF; Wilson Rodrigues de Melo Júnior (exercício da titularidade); Ministério
42 de Minas e Energia – MME. Participaram os convidados: Rúbia Mansur, Sâmela Bitencourt, Manoel Vieira
43 Júnior, Maurício Vítor Oliveira, Jacqueline Fonseca e Camila Barrioni, como representantes da Agência Peixe
44 Vivo; Daniel Vitor Campos; AMMA; Gustavo Henrique Costa Simões, Conselho de Administração da Agência
45 Peixe Vivo; Grace Benfica Matos e Flávia Simões, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA;
46 Altamirano Vaz Neto, AIBA; Walter Guerra Filho, INEMA; Luciana Houry, Ministério Público da Bahia – MPBA;
47 Carlos Herminio Oliveira e Jorge Luiz Pessoa Pinheiro – CODEVASF; Josué César Costa, UFV; Jean Carlos
48 Santos, UFS/FIENP/CTPPP; Alberto Fonseca, Ministério Público de Alagoas – MPAL; Manoel Ailton Carvalho,

49 Francisco Ivan de Aquino, Teófilo Joaquim Neto, CBHSF; Johann Gnadlinger, IRPAA; Marco Antônio Diniz do
50 Nascimento, Delmiro Gouveia/AL; Letícia Correia da Silva, Helisandra dos Reis Santos e Maria Aparecida
51 Carvalho Silva. **1. Abertura e verificação do quórum.** Constatado o quórum, declara-se aberta a XLVIII
52 Reunião Plenária Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O cerimonialista
53 contextualiza brevemente a respeito da cidade de Petrolina/PE, informa as pautas a serem tratadas durante
54 a reunião e convoca para a mesa a diretoria do CBHSF (Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco).
55 Na oportunidade, o cerimonialista justifica as ausências do vice-presidente do CBHSF, Sr. Marcos Vinícius
56 Polignano, e do coordenador da CCR Submédio São Francisco, Sr. Cláudio Ademar, por motivo de força maior.
57 Convida a todos a ficarem em posição de respeito para a execução do Hino Nacional e posteriormente os
58 membros da diretoria cumprimentam a todos. Em seguida, a Promotora de Justiça Dra. Luciana Houry
59 cumprimenta todos os presentes e saúda a diretoria colegiada do CBHSF. Ela destaca que cada integrante
60 representa, com seu olhar e atuação, os diversos segmentos e territórios da bacia, incluindo os Ministérios
61 Públicos Estaduais e o Ministério Público Federal. Junto com o promotor de Justiça de Alagoas, Dr. Alberto
62 Fonseca, e demais membros do Ministério Público, a promotora reafirma seu apoio ao comitê,
63 parabenizando-o pela trajetória e pelo patamar alcançado. Ela também presta homenagem à equipe da
64 Agência Peixe Vivo, na figura de Rúbia Mansur, que executa com dedicação o trabalho técnico necessário
65 para o cumprimento da missão do CBHSF. Finaliza colocando-se à disposição para continuar colaborando e
66 defendendo o modelo de gestão hídrica praticado no comitê, considerado exemplo para o Brasil e para o
67 mundo. **2. Aprovação da Ata da XLVII Plenária Ordinária do CBHSF.** Almacks Silva, Secretário do CBHSF,
68 pergunta se houve alguma contribuição ou alteração na ata da XLVII Plenária Ordinária do CBHSF enviada
69 por e-mail. Em seguida, abre para os presentes fazerem correções ou inclusões relacionadas às falas
70 registradas na Ata. Sem observações adicionais, a Ata é aprovada por aclamação. **3. Medalha Toinho
71 Pescador (homenageados CBHSF).** O cerimonialista convidou, respectivamente, os coordenadores das CCRs,
72 os membros da Diretoria Executiva (DIREX) e seus homenageados, para que aqueles possam fazer a entrega
73 das medalhas Toinho Pescador, em reconhecimento a atuação em defesa do Rio São Francisco e do meio
74 ambiente. Ao fazer a convocação, o cerimonialista fez a leitura das minibiografias dos homenageados que
75 foram: pela Câmara Consultiva Regional (CCR) do Alto São Francisco, Sirléia Drumond; pela CCR Médio São
76 Francisco, Aristóteles Gomes de Sá; pela CCR Submédio São Francisco, Uilton Tuxá; pela CCR Baixo São
77 Francisco, Carlos Hermínio de Aguiar Oliveira e pela DIREX, Thiago Campos. Na sequência, tanto os membros
78 da Diretoria Colegiada, quanto os homenageados tiveram a oportunidade de se manifestarem. **4. Informes:
79 GT Inadimplência.** Com a palavra, Almacks Silva informa que a mesa será reorganizada para a discussão do
80 GT (Grupo de Trabalho) inadimplência, tema relacionado à cobrança pelo uso da água. Explica que a
81 cobrança é realizada pela ANA, e que o GT foi formado para pensar em estratégias para reduzir a
82 inadimplência. A Dra. Luciana Houry, membro do GT, fala que o aumento da inadimplência afeta o
83 financiamento das ações previstas no plano da bacia. O grupo busca diagnosticar o problema e trabalhar em
84 conjunto com a ANA para criar alternativas para regularizar os débitos e evitar novas inadimplências. O GT
85 não tem a função de realizar a cobrança, mas de contribuir com o processo, buscando uma solução
86 harmoniosa e consensuada com os usuários. O secretário Almacks Silva reforça que o comitê não busca
87 substituir a ANA, mas colaborar para que os recursos arrecadados cheguem ao comitê e possam ser aplicados
88 na gestão da bacia. A arrecadação de valores pendentes é crucial para o planejamento futuro da bacia. Ele
89 também comenta que a inadimplência está em torno de 16%, o que impacta diretamente nos recursos
90 disponíveis. Com a palavra, Flávia Simões, da ANA, começa sua fala destacando a dimensão do problema da
91 inadimplência, com cerca de 5.200 registros, com dívidas que variam de R\$ 17 até mais de R\$ 9 milhões. Ela
92 informa que os 20 maiores devedores representam cerca de 45% da dívida total, sugerindo que o GT
93 concentre esforços nesses devedores para aumentar a arrecadação e reduzir os custos operacionais.
94 Também menciona a complexidade da metodologia de cobrança adotada pelo CBHSF, que, segundo ela, é
95 difícil de entender para os usuários. Ela sugere uma revisão para simplificar a metodologia e tornar o
96 processo mais transparente e compreensível, outro ponto levantado por ela é a dificuldade de manter o

97 cadastro atualizado, uma vez que mais de 6.000 interferências são boletadas pela ANA, e muitas vezes as
98 notificações retornam por conta de dados desatualizados, como endereços, e-mails e telefones inválidos.
99 Ela ressalta a necessidade de um esforço conjunto entre o comitê, a ANA e a Agência Peixe Vivo para
100 melhorar essa situação. Com a palavra, a Dra. Luciana Khoury enfatiza que a cobrança não é injusta ou
101 abusiva, mas que precisa ser bem compreendida pelos usuários, para que eles entendam exatamente o que
102 estão pagando. A promotora destaca que, para muitos inadimplentes, o débito é difícil de reconhecer e
103 compreender, e isso é um dos obstáculos enfrentados na cobrança. Ademais, ela comenta sobre a estratégia
104 de focar apenas nos 20 maiores devedores. Argumenta que, embora seja importante concentrar esforços
105 nessas dívidas maiores, isso não pode excluir os devedores menores, que também precisam de atenção,
106 especialmente aqueles que têm dificuldades financeiras reais, como falências e propõe que a cobrança seja
107 feita de maneira gradual, começando com os maiores devedores, mas avançando para os menores,
108 garantindo que todos contribuam, conforme sua capacidade. Além disso, ela sugere que a ANA e o comitê,
109 junto com a Agência Peixe Vivo, se empenhem na localização dos devedores e na identificação dos
110 problemas que dificultam o pagamento das dívidas. Hilda Bicalho destaca a gravidade da situação, e diz que
111 quando um devedor não entende como o débito foi calculado, ele acaba deixando de pagar, o que pode
112 levar a uma cascata de inadimplência. Ela reforça que, sem a colaboração de todos, a situação pode se
113 agravar ainda mais. Defende uma postura mais rígida em relação ao pagamento, sugerindo que, ou o usuário
114 paga ou tem seu fornecimento de água cortado, para evitar que o problema se perpetue. Com a palavra, Sr.
115 Anivaldo Miranda ressalta a diferença de competências do comitê de bacia e da ANA, sendo a cobrança
116 responsabilidade do órgão gestor. Ele ainda critica a falta de conhecimento dos grandes devedores sobre
117 seus débitos, e considera que muitos desses grandes usuários estão acostumados com a prática de acumular
118 dívidas, esperando por isenções ou perdões. Finaliza sugerindo que a presidência do comitê busque uma
119 audiência com o presidente da ANA para resolver a questão de forma definitiva, garantindo a viabilidade do
120 sistema hídrico nacional. O Coordenador da CCR Baixo enfatiza a importância de se evitar a desmoralização
121 do sistema de cobrança, com a possibilidade de que, caso nada seja feito, a inadimplência aumente ainda
122 mais. **Agência Peixe Vivo.** O Presidente do Comitê, José Maciel Oliveira, fala sobre as melhorias no
123 relacionamento com a Agência Peixe Vivo, que conta com novos membros na diretoria executiva, incluindo
124 a Diretora Geral, Rúbia Mansur e a Gerente de Projetos, Jacqueline Evangelista. Mostra-se confiante de que
125 o CBHSF continuará avançando em ações e projetos para melhoria da qualidade e quantidade das águas.
126 **Grupo de Trabalho de Desertificação, criado a partir de demanda da CCR Submédio São Francisco.** Com a
127 palavra, o Sr. Teófilo, Secretário do Comitê do Lago de Sobradinho, relata que participa do GT e reforça a
128 importância de tornar visível o avanço da desertificação em localidades muitas vezes ignoradas nos debates
129 nacionais. Ele destaca que há informações técnicas disponíveis, dados do MapBiomas e estudos da Embrapa,
130 mas essas não chegam aos municípios nem às comunidades. Argumenta que o custo para apresentar esse
131 material localmente é baixo e que vídeos curtos, de até um minuto, são mais eficazes para mobilizar a
132 população, sobretudo os jovens. Ele propõe que o Comitê lidere a criação e a divulgação desses vídeos
133 informativos, além de buscar parcerias, até mesmo com o setor privado, caso não haja recursos suficientes.
134 Considera inadmissível que, mesmo com o avanço das tecnologias, a população continue sem acesso à
135 informação sobre os impactos da desertificação em suas regiões. O Coordenador da CCR Submédio esclarece
136 que o GT foi formalizado em novembro de 2023 e que o Ministério do Meio Ambiente já elabora um plano
137 de trabalho para 2025. O Ministério de Minas e Energia também manifesta apoio, sugerindo que o Comitê
138 submeta projetos de recuperação ambiental à conta da Eletrobras, com foco na redução de sedimentos nos
139 reservatórios. Por fim, há questionamentos sobre o uso dos recursos da Eletrobras, com preocupações de
140 que os investimentos em saneamento estejam beneficiando empresas privadas, em detrimento das
141 comunidades. O Presidente do CBHSF diz que outros informes serão dados no decorrer da Plenária. **5.**
142 **Apresentação das alterações do POA 2023 ocorridas no exercício de 2024.** Jacqueline Fonseca inicia sua fala
143 agradecendo aos membros da mesa, em especial ao Presidente do comitê pelo reconhecimento do trabalho
144 da Agência Peixe Vivo. Destaca que a equipe da APV está acompanhando a plenária ao vivo. Ela então

145 começa a apresentação sobre as alterações do Plano Orçamentário Anual (POA) 2023 ocorridas no exercício
146 de 2024. Explica que o POA detalha as ações que do Plano de Aplicação Plurianual (PPA) que serão realizadas
147 em determinado exercício. O POA 2024 foi aprovado em 14 de dezembro de 2023, com um total de 89 ações
148 finalísticas e 8 de custeio, totalizando um investimento de 92,6 milhões. Esclarece que o número de subações
149 executadas foi maior que o planejado, passando de 97 para 112, devido à necessidade de criar rubricas
150 adicionais para o gerenciamento das ações. Ela também apresenta a execução financeira, mencionando que
151 já foram executados 63 milhões até novembro de 2024, com uma previsão de execução de 68,4 milhões até
152 o final do ano, o que corresponde a 74% do valor inicial previsto. Ela também detalha o desempenho das
153 ações finalísticas, destacando o percentual de execução de cada componente do PAP e menciona que,
154 embora ainda haja frustrações nas metas de execução, como licitações desertas ou atrasos nas contratações,
155 a Agência Peixe Vivo tem buscado otimizar o processo para os próximos anos. Ela também informa que os
156 dados de execução do POA 2024 estão disponíveis para consulta no SIGA São Francisco. Finaliza a
157 apresentação se coloca à disposição para eventuais dúvidas. Sem discussões em relação ao tema, é dada a
158 oportunidade ao Sr. Elias Silva fazer apresentação sobre um Cordel de sua autoria. **6. Mesa-redonda:**
159 **Situação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e os riscos para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio**
160 **São Francisco.** Com a palavra, o Presidente José Maciel relata que, entre outubro e novembro, a diretoria
161 foi surpreendida pela informação de que a ANA pretende implementar uma nova metodologia de cobrança
162 pelo uso da água na bacia, como já ocorre em outras regiões. A proposta altera o modelo atual — em que
163 os boletos são emitidos com base nas outorgas e ajustados no fim do período conforme o uso real — para
164 uma cobrança apenas ao final do exercício, o que pode comprometer o planejamento financeiro do comitê,
165 considerando que durante a transição não haverá cobrança por um ano e o CBHSF pode ficar até 1 ano e
166 meio sem receita. Maciel explica que, devido às metas do contrato de gestão, o comitê vinha impulsionando
167 os investimentos na bacia e hoje há pouca reserva financeira. Diz que isso impacta diretamente o
168 funcionamento do comitê, o pagamento de sua equipe técnica e os projetos em andamento. O comitê
169 enviou um ofício à ANA e recebeu resposta confirmando a futura adoção da medida, embora sem data
170 definida. Ele critica o fato de a ANA ter iniciado o diálogo com a entidade delegatária, e não com o comitê,
171 contrariando o princípio de gestão participativa do sistema de recursos hídricos. O Coordenador da CCR
172 Baixo, Anivaldo Miranda, complementa a fala de Maciel, ressaltando que essa mudança é imposta sem
173 diálogo e ignora as diferenças entre os comitês. Ele destaca que, historicamente, a ANA pressiona por mais
174 execução orçamentária, mas agora retira a previsibilidade financeira essencial. Critica a centralização da
175 gestão e a falta de novas iniciativas participativas e aponta que a ANA, ao priorizar o saneamento, tem
176 enfraquecido a agenda da gestão das águas e alerta para os riscos de se comprometer a autonomia e o
177 funcionamento dos comitês de bacia. Posteriormente, o vice-presidente do CBHSF, Marcus Polignano,
178 reforça a unidade da diretoria diante da proposta da ANA de alterar a metodologia de cobrança pelo uso da
179 água. Após saudar os colegas e destacar o histórico positivo do comitê, ele apresenta a minuta de uma carta
180 pública que expressa a rejeição da diretoria à decisão da ANA, tomada sem consulta prévia ao comitê e
181 comunicada informalmente durante uma reunião de planejamento orçamentário. Segundo Polignano, com
182 a mudança proposta há o risco de paralisação de atividades, corte de projetos já aprovados, impactos no
183 funcionamento da entidade delegatária e prejuízo ao cumprimento do Plano Diretor da Bacia. Ele critica o
184 fato de a decisão ignorar a autonomia garantida ao comitê pela Lei 9.433 e pelo contrato de gestão, além de
185 comprometer a segurança orçamentária da instituição. O vice-presidente destaca ainda que o comitê tem
186 historicamente mantido um planejamento transparente e eficaz, reconhecido pela própria ANA, e que os
187 recursos arrecadados são proporcionalmente baixos para a dimensão da bacia. O documento lido propõe
188 resposta formal à ANA e afirma que, caso a medida seja implementada, o comitê acionará instrumentos
189 jurídicos e institucionais para garantir sua autonomia e evitar a descontinuidade de suas ações. Ele também
190 aborda os avanços no enfrentamento da inadimplência, destacando a atuação do GT criado pelo comitê,
191 coordenado por Tobias Vieira e com forte contribuição da Dra. Luciana Khoury. O GT já obteve da ANA dados
192 inéditos sobre os 50 maiores devedores da bacia e informações sobre ações em curso para cobrança dos

193 créditos em aberto, que somam mais de R\$ 50 milhões. No entanto, ele alerta que esses valores não serão
194 recuperados de forma rápida, devido aos trâmites legais necessários. Por fim, Polignano salienta que o
195 comitê não tem se omitido e mantém diálogo propositivo com órgãos como a Codevasf e os perímetros
196 irrigados, buscando soluções coordenadas para a inadimplência e outras dificuldades operacionais, sempre
197 com forte comprometimento institucional. E seguida, Flávia Simões, representante da ANA, responde que
198 considera injustas as críticas de que a ANA deseja inviabilizar o funcionamento do comitê. Ela afirma que
199 houve um erro de comunicação quanto à ordem das conversas, e que a intenção da ANA sempre foi dialogar
200 e construir em conjunto, não impor medidas unilaterais. Ela destaca que a alteração na forma de cobrança
201 — de estimativa para consumo real — é um ajuste operacional já implementado em outras bacias, como
202 PCJ, Paranaíba, Verde Grande e Grande, e que a previsão para o São Francisco seria apenas em 2026, com
203 tempo para negociação e adaptação. Diz que não se trata de suspensão da cobrança nem de renúncia de
204 receita, mas de uma adequação para tornar o processo mais justo e operacionalmente viável, diante dos
205 limites de pessoal e orçamento da ANA. Ela lembra que a própria ANA flexibilizou a forma de classificação
206 das despesas para fortalecer a atuação da Agência Peixe Vivo, permitindo o uso mais amplo para custeio, o
207 que aumentou a capacidade de execução do comitê. Entende que a carta do comitê é hostil e
208 desproporcional, e pede mais reconhecimento à parceria histórica entre a ANA e o CBHSF. Flávia também
209 destaca que o comitê acumulou, ao longo dos anos, um grande saldo financeiro devido à baixa execução no
210 início das atividades da agência, e agora, com a profissionalização e execução plena dos recursos, essa
211 “gordura” foi consumida — o que exige melhor planejamento e equilíbrio entre arrecadação e gasto anual.
212 Ela sugere que, se o comitê quiser manter ou ampliar seus projetos, será necessário reavaliar os valores do
213 PPU (Preço Público Unitário), já que o valor do São Francisco é o mais baixo entre as bacias federais. Além
214 disso, aponta que a unificação da gestão pela Peixe Vivo em Minas Gerais, com a entrada de sete novos
215 comitês mineiros, trará ganhos de escala e mais robustez para a agência. Por fim, menciona que a própria
216 ANA enfrenta sérias dificuldades orçamentárias, que ameaçam programas importantes como o QualiÁgua e
217 a Rede Nacional de Monitoramento, e lamenta a falta de solidariedade do comitê diante desse cenário. Ela
218 reitera o compromisso da ANA com o diálogo e com a política nacional de recursos hídricos, e expressa
219 repúdio à forma como o comitê tratou a questão, defendendo que a proposta é técnica, legal e feita de boa-
220 fé. As discussões sobre o tema continuam e os representantes expressam preocupações com a proposta da
221 ANA de mudar a metodologia de cobrança pelo uso da água alertando para impactos graves sobre os
222 projetos em andamento, caso ocorra um intervalo de 12 meses sem arrecadação. Reconhecem que o modelo
223 atual tem limitações técnicas e contábeis, mas consideram que uma transição brusca comprometeria a
224 sustentabilidade financeira e operacional do comitê. Roberto Rivelino e outros membros do comitê
225 defendem que a transição não seja total nem imediata, e sugerem um processo gradativo, com diálogo e
226 planejamento conjunto. Propõem que o documento que expressa repúdio à proposta da ANA seja suspenso
227 temporariamente, e que seja marcada uma reunião direta entre a diretoria do comitê e a ANA, para
228 esclarecimentos, buscando soluções viáveis e consenso. Os participantes reforçam que a questão central
229 não é a legitimidade da proposta da ANA, mas a forma de implementação e a insegurança gerada, dado o
230 histórico de projetos em andamento e compromissos firmados. Citam inclusive experiências anteriores em
231 Minas Gerais, onde situações semelhantes precisaram ser resolvidas com regras de transição específicas,
232 mantendo pagamentos parciais por grandes usuários e evitando descontinuidade nos trabalhos. A equipe
233 técnica da ANA reafirma que a proposta não é uma renúncia de receita nem imposição, mas sim um ajuste
234 operacional necessário e legalmente mais sólido. Destacam o esforço técnico e institucional da ANA e da
235 Agência Peixe Vivo para modernizar o contrato de gestão desde 2021, o que já resultou em grande aumento
236 na execução dos recursos — de cerca de R\$ 29 milhões para R\$ 68 milhões ao ano. Elas também informam
237 que os temas da cobrança e da inadimplência estão inseridos na Agenda Regulatória 2025–2026 da ANA e
238 sendo discutidos por grupos de trabalho internos. Reforçam que a ANA valoriza a parceria com o comitê e
239 quer construir soluções conjuntas, sem rupturas. Sugerem que o comitê explore fontes alternativas de
240 financiamento para aumentar a capacidade de investimento da bacia. Por fim, a Agência Peixe Vivo, por

241 meio de sua Diretora Geral Rúbia Mansur, esclarece que a discussão da mudança na cobrança foi iniciada no
242 contexto do planejamento do PAP 2025, mas a comunicação inicial pode ter gerado confusões, o que
243 contribuiu para a tensão nas interpretações. A discussão prossegue. Sobre a inadimplência, Flávia diz que é
244 necessário melhorar a transparência dentro dos limites da LGPD, sugerindo a criação de um relatório mais
245 detalhado sobre os usuários em cobrança judicial e destaca a importância de discutir a metodologia de
246 cobrança da outorga, mencionando que, em anos de escassez, pode ser mais justo cobrar a água de forma
247 proporcional ao uso. Ela reforça que a ANA vai seguir a metodologia definida pelo comitê, ajustando a
248 cobrança de acordo com a decisão de todos. Por fim, argumenta que é preciso unir forças para garantir mais
249 recursos, como os provenientes da Eletrobras e da compensação financeira. Conclui pedindo união para
250 fortalecer a política de recursos hídricos e buscar mais fontes de financiamento, considerando os desafios
251 financeiros enfrentados pela gestão das bacias. Enfim, José Maciel informa que a maioria aprova o envio do
252 documento redigido pela Diretoria para a ANA. Ele destaca que serão feitas modificações e o material será
253 colocado no grupo do plenário para que todos tomem conhecimento. Agradece a todos pela participação.

254 **7. Deliberação CBHSF que “Aprova o Plano de Execução Orçamentária Anual–POA 2025, a ser executado**
255 **com recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio**
256 **São Francisco”.** Rúbia Mansur faz uma breve contextualização sobre o ponto de pauta ressaltando que, na última
257 reunião da DIREC juntamente com a CTPPP, foi discutida a gestão de risco do contrato de gestão, com foco
258 na situação orçamentária atual. Informa que, em 2021, o saldo bancário inicial era de 118 milhões, e a tarefa
259 do comitê e da entidade delegatária era executar os recursos, mantendo em caixa uma arrecadação e meia,
260 por segurança. Em 2022, a execução aumentou para 55 milhões, reduzindo o saldo bancário. Ela detalha
261 que, em 2024, a previsão de execução é de 69 milhões, e a partir de 2025, será necessário mudar a estratégia,
262 pois não haverá “gordura” no saldo bancário, o que exigirá mais cautela no planejamento de forma que os
263 investimentos não ultrapassem o valor arrecadado no ano. A Sra. Rúbia Mansur menciona que o
264 planejamento para 2025 será de até 88 milhões, o que ela considera um limite máximo. Destaca que, a partir
265 de 2026, será necessário um planejamento mais conservador, com valores em torno de 54 milhões, para
266 garantir um saldo bancário seguro. Conclui reforçando a importância de uma gestão responsável, com foco
267 em garantir que o saldo bancário seja suficiente para cobrir os compromissos da entidade, e se coloca à
268 disposição para esclarecimentos após a apresentação de Jaqueline. Com a palavra, Jaqueline Fonseca
269 apresenta o POA 2025 explicando a nova forma de organização das informações, que facilita a visualização
270 das ações e subações. O valor inicial previsto era de R\$ 116 milhões, com base na continuidade de projetos
271 e demandas já existentes. No entanto, para garantir segurança financeira, após análises e reunião com a
272 DIREC e a CTPPP, o valor foi reduzido para R\$ 88,8 milhões. Esse ajuste permite manter um saldo bancário de
273 cerca de R\$ 51 milhões, considerado próximo ao ideal de uma arrecadação e meia. As principais premissas
274 para os cortes incluem a manutenção de projetos em andamento, foco em ações de gestão e estudos
275 estratégicos, priorização do saneamento rural (mais viável financeiramente) e busca de parcerias para ações
276 mais custosas. Apesar de o maior percentual do orçamento (69%) estar na agenda setorial, isso se deve à
277 continuidade de ações em andamento que possuem custo elevado. Entre os destaques do orçamento estão:
278 estudos de enquadramento de corpos d’água, ações de fiscalização, comunicação, educação ambiental e
279 execução de projetos em saneamento, produção de água e resíduos sólidos. Jaqueline também menciona a
280 frustração do contrato com Érico Cardoso, o que reduz o valor final para R\$ 85,1 milhões e melhora a
281 segurança financeira. O apoio ao comitê e o custeio institucional somam cerca de R\$ 3,7 milhões. Ela finaliza
282 reforçando que todos os detalhes constam na deliberação enviada e se coloca à disposição para dúvidas. Em
283 discussão, o Sr. Antônio Jackson questiona se os valores orçamentários consideram a inadimplência.
284 Jacqueline informa que se utiliza uma estimativa de 15% de inadimplência e que todos os valores
285 apresentados já contemplam esse desconto, garantindo maior segurança na previsão orçamentária. O Sr.
286 Pedro Lessa solicita esclarecimento sobre a diferença entre as rubricas “apoio ao comitê” e “manutenção do
287 comitê”. A gerente explica que “apoio ao Comitê” refere-se a despesas operacionais, como diárias,
288 transporte e participação em eventos, enquanto “manutenção do comitê” abrange custos administrativos e

289 estruturais, como a manutenção física das sedes e escritórios regionais. Em outro ponto, Pedro questiona a
290 ausência de recursos destinados ao monitoramento da Bacia do São Francisco e Jacqueline esclarece que
291 essa rubrica consta em versões anteriores, mas foi retirada da lista de prioridades durante reunião da DIREC
292 com a CTPPP, sendo postergada para anos seguintes. A Sra. Larissa Rosa, representante do MDR, sugere que
293 o planejamento orçamentário seja organizado de forma alinhada com os seis eixos do caderno de
294 investimentos do Plano de Recursos Hídricos da bacia. Argumenta que isso facilitaria o acompanhamento e
295 garantiria que as ações orçamentárias estejam coerentes com o planejamento. A Sra. Rúbia Mansur explica
296 que a atual estrutura segue padronização definida pela ANA, mas informa que se avaliará a inclusão de
297 colunas ou outras marcações que facilitem a correspondência entre as ações e os eixos do plano. Ao final
298 das falas, sugere-se abrir a deliberação para visualização integral da tabela orçamentária, permitindo
299 discussões pontuais antes da votação final da proposta. Antes da votação, é levantada a preocupação sobre
300 o peso das ações de saneamento no orçamento, considerando a existência de órgãos federais, como a
301 Funasa, que já atuam nessa área. Jacqueline esclarece que há divergências entre os membros do comitê:
302 alguns defendem que o investimento em ações estruturais de saneamento deve ser de responsabilidade dos
303 entes públicos; outros acreditam que o comitê deve seguir apoiando essas ações, dado o impacto direto na
304 qualidade da água. Ela explica que, por isso, há uma tendência de priorizar ações de gestão, que demandam
305 menor volume de recursos e apresentam bons resultados quando bem aplicadas. O Sr. Ednaldo Campos
306 relata a dificuldade enfrentada para manter ações prioritárias, como capacitação de irrigantes e projetos de
307 convivência com o semiárido, que não estão contempladas no POA. Reforça que esses programas são
308 fundamentais para comunidades carentes, especialmente nas regiões que ainda não têm acesso à água,
309 lamenta a exclusão dos projetos especiais regionais, previstos inicialmente, e solicita que esses sejam
310 lembrados em futuras deliberações. O Sr. Elias Silva apresenta preocupação com a efetividade das ações de
311 revitalização, citando relatório do TCU de 2012, que aponta baixa execução dos recursos previstos à época.
312 Destaca a necessidade de alinhamento entre as instâncias de governo e critica a perda de foco nas ações
313 ambientais, que acabam sendo preteridas em favor de obras com outros interesses e expressa receio de que
314 a boa execução dos recursos pelo comitê possa atrair interferências externas e apadrinhamentos. Quanto
315 aos editais em andamento, questiona se o clima de incerteza orçamentária compromete a segurança da
316 execução futura. Jacqueline esclarece que há dois editais em curso: o PMI, que abrange qualquer um dos seis
317 eixos do plano, com cerca de R\$ 2 milhões previstos, e o chamamento público voltado à execução de projetos
318 de esgotamento sanitário já existentes, com R\$ 5 milhões destinados, informa que esses valores estão
319 contemplados no POA 2025, e caso o cenário se altere, o orçamento será reavaliado e discutido sobre a
320 possibilidade de municípios com concessão privada participarem dos editais, ela afirma que o edital prevê
321 claramente a exclusão de propostas em áreas com privatização do saneamento. Se a concessão ocorrer após
322 a seleção da proposta, o caso será avaliado pontualmente. Após discussões, retoma-se o caso do município
323 de Érico Cardoso, na Bahia. Relata-se que, apesar de um acordo firmado no âmbito do conflito Paramirim-
324 Santo Onofre, em que o governo estadual assumiu o compromisso de construir a estação de tratamento de
325 esgoto, a obra não foi realizada. O município, atendendo com água bruta e sem infraestrutura de
326 esgotamento, recorreu ao edital do comitê, mas o processo foi comprometido. Durante reunião com a
327 secretária de infraestrutura da Bahia, o prefeito sinalizou a possibilidade de reabrir o conflito, caso o Estado
328 não cumpra o compromisso firmado. O comitê foi informado que os recursos anteriormente previstos para
329 essa intervenção não poderão mais ser utilizados, pois os prazos se esgotaram. Diante disso, o Secretário do
330 CBHSF propõe que parte desses recursos não executados seja redirecionada para fortalecer o programa de
331 FPI, que há mais de dez anos conta com orçamento de R\$ 3 milhões. Argumenta-se que a FPI representa a
332 principal ação de fiscalização ambiental efetiva nos estados da bacia, como Alagoas, Sergipe e Bahia, e que
333 o fortalecimento desse programa é essencial diante da escassez de fiscais e do não cumprimento de
334 condicionantes ambientais. Solicita-se, portanto, que o redirecionamento seja discutido e deliberado pela
335 plenária. Uilton Tuxá afirma que participou ativamente das operações da FPI e presta testemunho sobre sua
336 relevância. Segundo ele, trata-se do maior programa de fiscalização ambiental do Brasil, com impactos

337 positivos tanto para o meio ambiente quanto para as populações locais. Ele reforça que diversas ações de
338 interesse dos povos tradicionais avançaram a partir das ações da FPI, especialmente por meio da equipe de
339 comunidades tradicionais, e solicita à plenária o apoio à ampliação do investimento no programa.
340 Entretanto, há uma divergência entre os que defendem o reforço imediato à FPI e os que optam por manter
341 o orçamento conforme pactuado previamente, tendo em vista o equilíbrio geral do planejamento. A fala da
342 promotora Luciana Khoury, representante do Ministério Público da Bahia, reforça a importância estratégica
343 da operação para a Bacia do Rio São Francisco, não apenas como uma ação pontual de campo, mas como
344 um programa estruturante, contínuo, com múltiplas frentes de atuação, articulado com os eixos e metas do
345 Plano de Recursos Hídricos do Comitê. Por fim, ela reforça que há um esforço institucional permanente para
346 garantir o sucesso da FPI e que, caso uma parte do recurso de Érico Cardoso possa ser realocado para a FPI,
347 isso traria um grande impacto positivo e garantiria continuidade a ações essenciais para a bacia. Após longa
348 discussão, e oposição de alguns membros a essa mudança, a Dra. Luciana Khoury pede a retirada da proposta
349 de redirecionamento de recursos para o programa FPI. Por fim, a Deliberação é aprovada como apresentado
350 pela Agência Peixe Vivo. **8. Deliberação CBHSF que “Aprova o calendário e planejamento anual de
351 atividades do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco para o ano de 2025.** O Presidente do
352 CBHSF faz a leitura do documento que se trata do planejamento do calendário do comitê para o ano de 2025.
353 Destaca a realização da primeira Plenária de 2025 em Brasília/DF, logo após a campanha Eu Viro Carranca e
354 a segunda Plenária presencial em Belo Horizonte/MG para transição da gestão do Comitê. Diz que a última
355 Plenária será virtual para reduzir despesas. Finalizada a leitura, a Deliberação é aprovada por unanimidade.
356 Logo em seguida, o presidente apresenta as Deliberações *Ad Referendum*. **9. Deliberação Ad referendum
357 CBHSF nº 153/2024 que dispõe sobre a alteração do Plano de Aplicação Plurianual 2021-2025 a ser
358 executado com recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia
359 Hidrográfica do Rio São Francisco nos exercícios de 2024 e 2025.** O presidente José Maciel, informa que há
360 uma aprovação *ad referendum* relacionada às alterações do PAP e passa a palavra para Jacqueline Fonseca.
361 Com a palavra, a Gerente de Projetos da Agência Peixe Vivo explica que a alteração proposta na Deliberação
362 se baseia em um balanço das ações em desenvolvimento no ano de 2024. Foi feita uma análise da previsão
363 de desembolso até o final do ano, comparando esses valores com os saldos disponíveis em cada rubrica —
364 considerando tanto os saldos remanescentes de anos anteriores quanto os valores previstos para 2024.
365 Quando a previsão de desembolso ultrapassa o saldo existente, o valor da rubrica se torna negativo. Diante
366 disso, foi necessário propor um remanejamento de recursos utilizando os saldos positivos para cobrir as
367 rubricas com saldo negativo. Jaqueline destaca ainda que, como os impactos de 2024 afetam o ano seguinte,
368 a mesma avaliação foi realizada para o exercício de 2025. Ela esclarece que a deliberação em questão é *ad
369 referendum* porque que a avaliação foi realizada em julho deste ano. Destaca que os valores observados
370 naquela época, referentes à previsão de desembolso, já apresentam diferenças em relação ao cenário atual.
371 Como exemplo, ela menciona que, em julho, o POA 2024 totalizava R\$ 75 milhões. No entanto, na
372 apresentação anterior, a previsão já havia sido revisada para R\$ 68 milhões. O mesmo ocorreu com o POA e
373 o PAP de 2025: inicialmente, os cálculos foram feitos com base em R\$ 116 milhões, mas o valor aprovado
374 mais recentemente foi de R\$ 88 milhões. Apesar dessas reduções, Jaqueline Fonseca afirma que uma análise
375 preliminar já foi feita, e a expectativa é de que não haja grandes modificações no balanço, justamente porque
376 os valores previstos diminuíram. Ela acrescenta que a Nota Técnica apresenta de forma detalhada todas as
377 rubricas que passaram por alterações, com memória de cálculo. Além disso, a nota traz explicações
378 operacionais rubrica por rubrica, detalhando quais projetos foram substituídos, quais valores previstos
379 sofreram variações e quais despesas acabaram sendo mais altas do que o inicialmente estimado. Em votação,
380 a Deliberação é aprovada por unanimidade. **10. Deliberação Ad referendum CBHSF nº 154/2024 que dispõe
381 sobre a doação de bens advindos da cobrança pelo uso de recursos hídricos da Bacia do Rio São Francisco
382 à Secretaria do Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal
383 (SEAGRI/DF).** José Maciel informa que essa Deliberação se trata daquelas aprovações que ocorrem quando
384 um projeto é finalizado e executado. Nessa fase, é feito o termo de doação para a instituição beneficiada.

385 Por isso, essa aprovação está sendo feita *ad referendum*. Trata-se de um projeto da SEAGRI, no Distrito
386 Federal, que foi muito bem executado. Ele pede, inclusive, para considerar a apresentação desse projeto na
387 próxima plenária, pois pode servir como referência para outros. Com a palavra, o Coordenador da CCR Alto
388 SF, Altino Rodrigues, faz um adendo, mencionando que está previsto na programação, caso o evento “Vire
389 Carranca” seja confirmado para Brasília, a realização de uma visita técnica ao local que recebeu o projeto. A
390 ideia é proporcionar uma visita de campo para que as pessoas tenham a oportunidade de conhecer esse
391 importante projeto. Ele destaca que a iniciativa valoriza o investimento do comitê, beneficiando também os
392 usuários, com impactos positivos nas dimensões ambiental, social e econômica. O Presidente do CBHSF
393 complementa que a região do Rio Preto, onde o projeto está sendo desenvolvido, é marcada por intensos
394 conflitos relacionados ao uso da água e faz parte da região do Alto DF, trazendo repercussão para toda bacia,
395 o que justifica a importância do projeto. Em seguida, ele finaliza a leitura do documento e submete à
396 aprovação. A Deliberação é aprovada com uma abstenção. **11. Assuntos Gerais.** O Secretário do CBHSF,
397 Almacks Silva, lembra que a maioria dos presentes recebeu, anteriormente, um encarte do CFURH
398 (Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos) sobre compensação financeira. Como
399 membro do Comitê, ele menciona que chegou a propor uma deliberação para que o CBHSF tivesse uma
400 avaliação mais criteriosa quanto ao financiamento de projetos hidroambientais ou de planos de saneamento
401 básico nos municípios que recebem a CFURH. No entanto, essa proposta acabou sendo desconsiderada.
402 Agora, ele retorna ao tema, não para apresentar uma nova deliberação, mas sim uma recomendação aos
403 demais membros. Almacks destaca que, nos últimos três anos, poucos municípios da bacia do São Francisco
404 receberam esses recursos. Informa que os governos estaduais desses municípios receberam, no total, R\$
405 426 milhões — o equivalente a cerca de nove orçamentos do Comitê, e observa que, dos 505 municípios da
406 bacia, apenas 26 recebem essa compensação financeira. Ele argumenta que, se os conselhos municipais de
407 meio ambiente desses locais atuassem de forma mais proativa, buscando utilizar esses recursos em planos
408 de saneamento, recuperação de nascentes e outras ações ambientais, haveria um alívio significativo no
409 orçamento do Comitê, permitindo direcionar investimentos para os demais municípios que não recebem a
410 compensação. A proposta é que se indique formalmente aos municípios beneficiários que busquem utilizar
411 esses recursos em ações alinhadas com os objetivos do Comitê. Além disso, sugere a criação de um barema
412 nos futuros editais, atribuindo menor pontuação a municípios que já recebem a compensação, favorecendo,
413 assim, a alocação de recursos nos municípios que mais necessitam. O Sr. Johann Gnadlinger comenta que,
414 todos os anos, o Comitê recebe da CHESF uma lista com os valores de compensação repassados aos
415 municípios. No entanto, ele aponta que a população, em geral, não tem conhecimento sobre esses repasses,
416 e os municípios utilizam os recursos livremente, sem prestar contas à sociedade. Ele defende que o Comitê,
417 dentro de suas possibilidades, deveria cobrar mais transparência sobre o uso desses valores, que somam
418 milhões de reais. Reforça que isso representa uma oportunidade para o Comitê exercer um papel mais ativo
419 na fiscalização e na orientação do uso dessas compensações, assegurando que sejam aplicadas de forma a
420 contribuir com a revitalização do rio São Francisco e em benefício direto da população. Antônio Jackson
421 propõe que o Comitê desenvolva um programa permanente de articulação com as câmaras de vereadores,
422 colônias de pescadores e comitês afluentes. Destaca que essa articulação fortaleceria a comunicação, as
423 parcerias e a atuação política do Comitê. Ele menciona que a Câmara de Vereadores da qual Altino faz parte
424 será a primeira da bacia a apresentar um projeto em defesa do rio São Francisco em seu território. Apesar
425 de reconhecer que leis não resolvem tudo, reforça que a legislação é a base para orientar ações. Por fim,
426 critica a baixa atuação da Câmara Técnica de Articulação Institucional (CTAI), da qual faz parte. Com a
427 palavra, Roberto Rivelino cumprimenta a todos e afirma que a proposta apresentada está fora de ordem e
428 não cabe como deliberação dentro da Plenária do Comitê. Ele ressalta que o Comitê não é uma agência
429 reguladora dos municípios e que é preciso compreender o papel de cada ente. Segundo ele, os recursos
430 recebidos pelos municípios, independentemente da origem, contribuem para aliviar a necessidade de
431 investimentos diretos do Comitê nessas localidades, permitindo que os recursos do Comitê sejam destinados
432 a regiões que não recebem compensações. Roberto Rivelino destaca que os municípios contam com

433 instrumentos legais de transparência, como portais e diários oficiais, e que a maioria tem suas contas
434 aprovadas anualmente. Por isso, considera desnecessário que o Comitê fiscalize diretamente essas ações.
435 Reforça que o Comitê deve atuar como parceiro dos municípios, e não como fiscalizador. Argumenta que
436 muitos municípios sequer conhecem o Comitê, e que a aproximação deve ser feita por meio da apresentação
437 institucional e do trabalho das câmaras técnicas, e não com ações que possam parecer invasivas ou sem base
438 legal. Em seguida, Valéria Porto concorda que a participação dos municípios é relevante, especialmente nas
439 câmaras de vereadores no processo de fortalecimento do Comitê, pela possibilidade de articulação para
440 captação de recursos. Ela relata o trabalho realizado em parceria com a CCR Médio em municípios como
441 Carinhanha e Malhada, reforçando a importância de ações que levem o conhecimento sobre o Comitê às
442 comunidades mais afastadas. Propõe que o Comitê considere destinar recursos específicos para processos
443 formativos nos municípios da bacia, como forma de promover o letramento institucional e fortalecer a
444 apropriação popular sobre o papel do Comitê e sua importância para a transformação das comunidades
445 ribeirinhas. Altino Rodrigues faz uma proposta complementar, destacando a importância dos municípios no
446 processo de gestão dos recursos hídricos. Defende a causa municipalista, acreditando que os municípios
447 devem ser fortalecidos em seus territórios, especialmente em relação à gestão dos recursos hídricos.
448 Ademais, argumenta que, ao limitar os investimentos do Comitê em determinados territórios, isso
449 prejudicaria a gestão dos recursos hídricos, que é a proposta central do Comitê. Sugere que os municípios
450 que recebem a CFURH, e que já possuem políticas públicas voltadas para os recursos hídricos e questões
451 ambientais, deveriam receber incentivo do Comitê, como reconhecimento da importância desses recursos.
452 O Coordenador da CCR Alto também propõe a inclusão de um programa de capacitação para as câmaras de
453 vereadores, prefeituras e escolas municipais no Plano de Educação Ambiental (PEA), ampliando a atuação
454 do Comitê para além do seu próprio círculo e permitindo um maior empoderamento da sociedade.
455 Posteriormente, Elias Silva destaca que a discussão sobre a participação dos municípios no Comitê é
456 pertinente e necessária. Afirma que não se trata de ser contra ou a favor dos municípios, mas sim de fazer
457 uma reflexão importante sobre o papel deles na gestão das águas da bacia do São Francisco. Compartilha
458 sua experiência ao visitar, durante o ano, diversos municípios com ações específicas do Comitê, incluindo
459 uma recente visita a uma comunidade indígena em Floresta (PE) em que notou que há municípios que
460 recebem recursos da CFURH, mas que demonstram pouco envolvimento ou reconhecimento pela
461 importância do rio. Elias elogia a proposta de um evento “Vire Carranca” centralizado no próximo ano e
462 sugere que os municípios beneficiados pela CFURH deveriam, por iniciativa própria, realizar edições locais
463 do evento, como forma de reconhecimento e valorização do rio. Para ele, há uma postura recorrente de
464 esperar mais do Comitê do que de contribuir com ele. José Maciel encerra o assunto e sugere que, para a
465 próxima plenária, as minutas das propostas discutidas sejam encaminhadas previamente aos membros,
466 permitindo que todos tenham tempo para analisá-las com antecedência. Assim, a plenária poderá apreciá-
467 las de forma mais aprofundada e deliberar com mais segurança. Ele propõe que esse encaminhamento seja
468 adotado como forma de organização e recebe sinal positivo dos presentes. Sem mais assuntos a tratar, o
469 primeiro dia de reunião foi encerrado. **Aos 13 (treze) dias do mês de dezembro de 2024, às 09h**, os membros
470 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) se reuniram no Petrolina Palace Hotel,
471 localizado na avenida Cardoso de Sá, nº 85, Centro, Petrolina – PE para participarem do segundo dia da XLVIII
472 Reunião Plenária Ordinária do CBHSF. Participaram da reunião os membros titulares: Nelson Cunha
473 Guimarães, COPASA; Heloísa Cristina França Cavalieri, SAAE Itabirito; Evanildo Perera Lima, EMBASA; Júlio
474 dos Santos (rep. Júlio César Moura), CASAL; Patrícia Sena Coelho Cajueiro, FIEMG; João Carlos de Melo,
475 IBRAM; Jadir Silva de Oliveira, Associação das Indústrias Sucreenergéticas do Estado de Minas Gerais; Fabiana
476 Ribeiro de Souza, FIEPE; Adson Roberto Ribeiro, Irriganor; Daniel Matos Ferreira, Distrito de Irrigação do Jaíba
477 II; Ednaldo de Castro Campos, AFAF; José Bonifácio Valgueiro de Carvalho, Associação dos Produtores do
478 Perímetro Irrigado de Propriá; Vilma Martins Veloso, FEPAMG; Roberto Rivelino de Souza Rocha, Antônio
479 Paiva dos Santos – Pessoa Física (pesca); Arnaldo Alves da Silva, Colônia de Pescadores Z-39; José Maciel
480 Nunes de Oliveira, Colônia de Pescadores Z-12; Altino Rodrigues Neto, ADAO; Ronald de Carvalho Guerra,

481 AQUA; Elias da Silva, Associação de Desenvolvimento Sustentável; Anivaldo de Miranda Pinto, Instituto de
482 Estudos Culturais, Políticos e Sociais do Homem Contemporâneo; Rosa Cecília Lima Santos, OSCATMA;
483 Vanderli de Carvalho Barbosa, AMEV; Almacks Luiz Carneiro da Silva, Consórcio de Desenvolvimento
484 Sustentável da Diamantina; José Nelson de Almeida Machado, ABES MG; Melchior Carlos do Nascimento,
485 UFAL; Pedro de Araújo Lessa, CREA SE; Manoel Uilton dos Santos, Tuxá/BA; Elísio Marinho dos Santos Neto,
486 Prefeitura Municipal de Gararu/SE; Larissa Rosa, MIDR; Josinaldo Ribeiro da Silva, Fundação Nacional do Índio
487 – FUNAI. Participaram os membros suplentes: Patrícia Maia e Silva (exercício da titularidade), Eletrobras
488 CHESF; Sirléia Márcia de Oliveira Drumond (exercício da titularidade), Movimento Ecológico São Francisco de
489 Assis; Hilda de Paiva Bicalho (exercício da titularidade), MACACA; Carlos Vanderlei Leite Pinheiro (exercício
490 da titularidade), Rota das Águas Velho Chico; Thaís de Oliveira Guimarães (exercício da titularidade), UPE;
491 Luiz Roberto Porto Farias, OAB AL; Valéria Porto dos Santos (exercício da titularidade), Quilombo Caraíbas;
492 Francisco de Assis Gonzaga da Silva (exercício da titularidade), Prefeitura Municipal de Ouro Preto/MG;
493 Antônio Jackson Borges Lima (exercício da titularidade), Prefeitura Municipal de São Brás/AL; Maria de
494 Lourdes Amaral Nascimento (exercício da titularidade), IGAM; Larissa Cayres de Souza (exercício da
495 titularidade), SEMA; Artur Paiva Coutinho (exercício da titularidade), Secretaria de Recursos Hídricos e de
496 Saneamento – SRHS PE; Athadeu Ferreira da Silva, CODEVASF; Wilson Rodrigues de Melo Júnior (exercício da
497 titularidade); MME. Participaram os convidados: Rúbia Mansur, Sâmela Bitencourt, Manoel Vieira Júnior,
498 Maurício Vítor Oliveira, Jacqueline Fonseca e Camila Barrioni, como representantes da Agência Peixe Vivo;
499 Gustavo Henrique Costa Simões, Conselho de Administração da Agência Peixe Vivo; Grace Benfica Matos e
500 Flávia Simões, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA; Altamirano Vaz Neto, AIBA; Josué
501 César Costa, UFV; Jean Carlos Santos, UFS/FIENP/CTPPP; Alberto Fonseca, Ministério Público de Alagoas –
502 MP AL; Francisco Ivan de Aquino, CBHSF; Johann Gnadlinger, IRPAA; Letícia Correia da Silva, OSCATMA;
503 Geraldo Silva e Wagner Sena, FUNAI; Luciana Houry, MPBA; Helisandra dos Reis Santos e Maria Aparecida
504 Carvalho Silva. **12. Sessão comentada do filme Santino. Diretor: Cao Guimarães.** Após a verificação do
505 quórum, o segundo dia de reunião foi iniciado com a sessão comentada do filme Santino. Paulo Vilela,
506 representante da empresa Tanto, saúda os presentes e expressa sua satisfação em participar novamente do
507 encontro. Segundo Paulo, a obra destaca a profunda relação espiritual, cultural e ambiental entre o homem
508 e a natureza, ao mesmo tempo em que revela as ameaças enfrentadas pelo cerrado. Ele explica que *Santino*
509 convida à reflexão sobre temas centrais para o Comitê: a preservação dos recursos hídricos, o equilíbrio
510 ambiental e o papel de cada cidadão na defesa desse patrimônio natural. Após a exibição, haverá um debate
511 com a presença do codiretor do filme promovendo um diálogo sobre as visões de vida e os temas tratados
512 na obra. Em seguida, o filme é projetado. Ao término, o escritor Mikely Ka é convidado a falar brevemente
513 sobre a produção. Fala que Santino é conhecido por construir mais de 300 bombas d'água com materiais
514 recicláveis, beneficiando comunidades inteiras. O escritor destaca que o filme nasce de uma urgência:
515 registrar um modo de vida e uma paisagem ameaçada por monoculturas, expansão do eucalipto e êxodo
516 rural. Conclui dizendo que *Santino* é um convite à reflexão sobre pertencimento, identidade, resistência e
517 cuidado com o bioma Cerrado e as águas do São Francisco. **13. Apresentação do projeto da cadeia produtiva
518 do mel e a preservação hidroambiental nas terras indígenas localizadas na Bacia do Rio São Francisco.**
519 Com a palavra, o professor Geraldo Silva cumprimenta a todos e inicia sua apresentação sobre o uso
520 multidimensional da água. Ele explica que no baixo e submédio São Francisco, observa-se aumento do
521 desmatamento, perda de solo, assoreamento e redução da biodiversidade, especialmente desde 2017. Por
522 isso, as terras indígenas enfrentam maior vulnerabilidade, pois muitas foram demarcadas em áreas já
523 degradadas. Geraldo destaca que a apicultura contribui para a restauração ecológica, melhoria da cobertura
524 vegetal e conservação dos recursos hídricos. Cerca de 70% das culturas agrícolas e 35% das plantas no mundo
525 dependem da polinização por abelhas. A atividade, portanto, fortalece a biodiversidade e os processos
526 ecológicos locais. Apesar do potencial, os indígenas enfrentam dificuldades de acesso às políticas públicas,
527 desconhecimento técnico e falta de continuidade dos programas. Muitas iniciativas ocorrem de forma
528 autônoma, com destaque para nove terras indígenas com apicultura em escala razoável. Ele afirma que se

529 estimam cerca de 2.000 colmeias ativas, com potencial para 80 toneladas de mel por ano. Enfatiza a
530 importância de planejamento regional, integração com o entorno e construção de redes de parceiros,
531 incluindo órgãos públicos, sociedade civil, movimento indígena e o Comitê da Bacia Hidrográfica do São
532 Francisco. Para ele, o apicultor indígena se vê como um agente ambiental, comprometido com a recuperação
533 da vegetação e o equilíbrio ecológico. Em seguida, o representante da FUNAI, Wagner Sena agradece o
534 convite do comitê e destaca a importância da apicultura nas terras indígenas como atividade estratégica
535 para preservação ambiental, segurança alimentar e geração de renda. Ele reforça que cada apicultor
536 indígena é um agente ambiental e um produtor de água, alinhando-se com os valores e objetivos da FUNAI.
537 Afirma também que a apicultura é sinérgica com os objetivos do CBHSF, que já apoia iniciativas de
538 recuperação de áreas indígenas, como nas terras Tingui-Botó e Kariri-Xocó. Informa que FUNAI está aberta
539 ao diálogo e propõe articulações com a CODEVASF e outros parceiros institucionais para fortalecer e
540 expandir a política de apicultura nos territórios indígenas do Nordeste. Ao final, reforça o compromisso da
541 instituição em continuar participando das reuniões do comitê e colaborando com a construção conjunta de
542 soluções sustentáveis para as comunidades indígenas. Um convidado presente na reunião questiona qual é
543 o papel das instituições presentes na mesa para apoiar essas populações. Em resposta, representantes
544 explicam que as políticas públicas para os povos indígenas são responsabilidade de todas as esferas de
545 governo — federal, estadual e municipal — e que os indígenas, como cidadãos, têm direito ao mesmo acesso
546 que os demais. Informam que há políticas específicas da FUNAI e de outros órgãos, como a Funasa, voltadas
547 à infraestrutura comunitária, incluindo o acesso à água. Ressaltam, no entanto, que o foco da discussão
548 naquele momento é a apicultura como instrumento de segurança alimentar e geração de renda. Por fim,
549 informam que a coordenação regional da FUNAI pode detalhar melhor as medidas já tomadas ou previstas
550 para atender essas comunidades. **14. Apresentação FPI.** A palavra é repassada para a Promotora de Justiça,
551 Dra. Luciana Khoury que inicia sua fala agradecendo a todos os presentes e destacando a importância do
552 trabalho do programa FPI. Ela explica que o programa trabalha com fiscalização, diagnóstico e educação
553 ambiental, e que os relatórios de diagnóstico, como os relacionados ao sistema de abastecimento de água e
554 saneamento, são fundamentais para a implementação de políticas públicas, como a gestão de resíduos
555 sólidos e esgotamento sanitário. Luciana Khoury ressalta que o programa conta com 95 parceiros e abrange
556 diversos estados, começando na Bahia e expandindo para outros como Alagoas, Sergipe, Minas Gerais e
557 Pernambuco. Desde sua implementação, já foram executadas 75 etapas de campo, com o objetivo de realizar
558 diagnósticos ambientais e ações de fiscalização. Destaca que o programa é sistêmico, tratando a bacia do
559 Rio São Francisco de forma integrada, já que todos os elementos que impactam a água, como extração
560 mineral, desmatamento e captação irregular, afetam diretamente os recursos hídricos da região. Ela enfatiza
561 que o programa segue princípios como comunicação assertiva, justiça socioambiental e valorização das
562 comunidades tradicionais, e é considerado um programa sócio educador. A FPI busca qualificar e educar as
563 comunidades locais sobre questões ambientais e está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento
564 Sustentável (ODS), com a experiência do programa sendo replicada, por exemplo, na Bacia Amazônica, com
565 o apoio da ONU. Além disso, ela afirma que a decisão e o planejamento das ações são realizados de forma
566 coletiva, com a participação de vários órgãos e entidades, e que a execução das etapas no campo envolve
567 uma logística complexa, com equipes especializadas para cada área, como saneamento básico, educação
568 ambiental, gestão de resíduos e fiscalização de indústrias e agrotóxicos. Alguns resultados são destacados,
569 como a fiscalização de obras de esgotamento sanitário e o acompanhamento das obras realizadas com
570 recursos públicos, que muitas vezes enfrentam problemas como projetos inadequados e falhas de execução.
571 É mencionado também o trabalho realizado nas áreas de resíduos sólidos e o impacto positivo do programa
572 na revitalização da bacia do Rio São Francisco, enfatizando que o programa não apenas promove a proteção
573 ambiental, mas também a melhoria da qualidade de vida das populações locais. Posteriormente, o Promotor
574 de Justiça Alberto Fonseca complementa destacando o papel da FPI como indutora de políticas públicas. Ele
575 cita especificamente o trabalho da equipe de resíduos sólidos, que iniciou uma atuação contra os lixões no
576 estado de Alagoas. Graças a essa mobilização, que envolveu a Associação dos Municípios, a Procuradoria

577 Geral e outros parceiros, foi possível encerrar aproximadamente 20 lixões no início, culminando
578 posteriormente no encerramento de todos os lixões do estado. Finalizada a apresentação, José Maciel,
579 agradece às falas, reforçando a importância do programa FPI como uma ferramenta essencial para a
580 preservação ambiental da bacia. Maciel destaca que o volume de informações e resultados apresentados
581 mostra a relevância de trazer essas ações ao plenário, como forma de prestação de contas e valorização do
582 trabalho realizado ao longo dos anos. Ele relata que acompanha o FPI desde antes do comitê começar a
583 aportar recursos ao programa, e expressa orgulho em fazer parte do programa, que reúne mais de 95
584 instituições parceiras. Ele também lembra que o programa está previsto no Plano de Recursos Hídricos do
585 Comitê, inclusive com planejamento orçamentário específico, e celebra a premiação do *Innovare*, recebida
586 recentemente, como reconhecimento coletivo – ainda que tenha sido inscrita pelo Ministério Público,
587 representa todos os envolvidos. Por fim, José Maciel destaca que a FPI é um programa transversal, que
588 integra as políticas de recursos hídricos, meio ambiente, saneamento e outras áreas, funcionando como
589 indutora de políticas públicas na ponta, e agradece pela apresentação e pelo comprometimento de todos os
590 envolvidos. O presidente José Maciel abre espaço para perguntas. Com a palavra, Hilda Bicalho inicia sua fala
591 parabenizando a Dra. Luciana e o Dr. Alberto pela apresentação. Em seguida, expressa um sentimento de
592 abandono por parte do estado de Minas Gerais em relação às ações da FPI. Ela relata uma série de problemas
593 ambientais graves em sua região, como barragens comprometidas, rios contaminados, estações de
594 tratamento de esgoto abandonadas e ausência de fiscalização. Segundo ela, os órgãos ambientais de Minas
595 apenas autorizam empreendimentos, mas não exercem fiscalização efetiva. Afirma que o rio das Velhas,
596 dentro da capital mineira, recebe esgoto diretamente e, nas cidades do interior, a situação é ainda mais
597 crítica. Lamenta que o Programa FPI ainda não consiga atuar no estado e considera esse avanço muito difícil
598 diante do cenário atual. Em seguida, Larissa Caldas destaca a importância dos momentos de encerramento
599 das ações da FPI, especialmente aqueles que envolvem arte, poesia, música e cinema. Ela menciona os
600 festivais no Sertão do São Francisco como experiências marcantes que evidenciam o amadurecimento do
601 programa. Enfatiza o papel transformador da fiscalização, da educação ambiental e do empoderamento das
602 comunidades envolvidas. O Sr. Johhann Gnadlinger também parabeniza a FPI, mencionando a etapa
603 realizada em Juazeiro e a grande mobilização de comunidades. Em sua fala, ele questiona os
604 desdobramentos da mortandade de peixes ocorrida em novembro do ano anterior. Lembra que várias
605 instituições coletam amostras, como a Embasa, o Inema e a UFPE, e deseja saber se já há um diagnóstico
606 oficial sobre o que provoca o evento, que atinge 27 espécies diferentes. Após participação dos demais
607 presentes, a Dra. Luciana Khoury agradece o apoio dos participantes e esclarece a situação de Minas Gerais.
608 Ela garante que o compromisso com o estado permanece e afirma que a FPI vai acontecer lá, ainda que com
609 desafios. Em relação à mortandade de peixes, a promotora explica que sete equipes trabalham na apuração
610 do caso, com análise de água, solo e impactos sobre comunidades. A conclusão é que a causa é a perda de
611 oxigênio na água por algum contaminante, levando à asfixia dos peixes. As análises contam com apoio da
612 Embasa, da UNIVASF e da UFPE. O relatório final está em fase de conclusão e será divulgado na próxima
613 semana. Ela se compromete a enviá-lo pessoalmente ao IRPA e demais interessados. **9. Encerramento.** O
614 presidente José Maciel agradece a participação de todos e encerra a XLVIII Plenária Ordinária do Comitê da
615 Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Também agradece ao cordelista Elias Silva pela entrega do livro que
616 retrata o comitê, suas plenárias e lutas. Sem mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada ao meio-dia.